



**PAUTA
PARA A 145ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 05 DE OUTUBRO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2017, de autoria da Mesa. Cria a Controladoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de lei nº 912, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Institui o "Dia Estadual do Corretor de Planos de Saúde Suplementar".

3 - Projeto de lei nº 913, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a criação do Ingresso/Ticket Social no Estado.

4 - Projeto de lei nº 914, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a "Política de Incentivo à Literatura Digital".

5 - Projeto de lei nº 915, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a utilização de urnas para depósitos de embalagens em estabelecimentos comerciais no Estado.

6 - Projeto de lei nº 916, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Institui o Programa de Prevenção da Alcalinização Sanguínea alterada (Hipo e hiperalkalinidade) junto a Secretaria de Saúde do Estado.

7 - Projeto de lei nº 917, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Institui campanha contra a misoginia nas redes sociais.

8 - Projeto de lei nº 918, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dá a denominação de "Claudia Carolina Peroni" ao trevo de Ana Dias, localizado no km 356 + 50 m da Rodovia - SP 055, em Itariri.

9 - Projeto de lei nº 919, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.374, estabelecendo normas de tributação para compra de arma de fogo por agentes responsáveis pela aplicação da lei.

10 - Moção nº 93, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços no sentido de fortalecer o empenho de votação de Projetos de Lei que tratam de questões relativas à misoginia em nossa sociedade, especialmente no apoio às propostas de emenda constitucional que tramitam no Congresso Nacional sobre meios de combate a esta prática odiosa em nosso país.

11 - Moção nº 94, de 2017, de autoria da deputada Analice Fernandes. Apela para o Sr. Ministro das Cidades a fim de que determine a aprovação dos projetos habitacionais desenvolvidos para o município de Taboão da Serra, através do Programa "Minha Casa Minha Vida", denominados Chico Mendes I, Chico Mendes 5 e Parque Laguna.

12 - Moção nº 95, de 2017, de autoria da deputada Analice Fernandes. Apela para o Sr. Ministro das Cidades a fim de que determine a aprovação dos projetos habitacionais desenvolvidos para o município de Embu das Artes, através do Programa "Minha Casa Minha Vida", denominados Roque Valente 1,2,3 e 4, e Paulo Freire 1,2,3 e 4.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 910, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Declara de utilidade pública a "Associação Santa Brígida", em Carapicuíba.

2 - Projeto de lei nº 911, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Professor Marcos Holanda Almeida" à Escola Estadual Santa Lídia I, em Guarulhos.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado. Altera a Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado.

2 - Projeto de lei nº 903, de 2017, de autoria do deputado Coronel Camilo. Institui o programa "Lições de Ética e Cidadania" no ensino fundamental e médio da rede pública e privada de ensino do Estado.

3 - Projeto de lei nº 904, de 2017, de autoria do deputado Coronel Camilo. Institui o programa "Vizinhança Solidária" no Estado.

4 - Projeto de lei nº 905, de 2017, de autoria do deputado Roberto Massafera. Altera dispositivos da Lei nº 1.093, de 1976, modificada pela Lei n.º 6.366, de 1988, que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - e em terrenos contíguos.

5 - Projeto de lei nº 906, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Alto Alegre como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 907, de 2017, de autoria da deputada Célia Leão. Institui o "Estatuto do Portador de Câncer" no Estado.

7 - Projeto de lei nº 908, de 2017, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dá a denominação de "Joaquim Feliciano de Sá" à passarela localizada no km 52 da Rodovia dos Tamoios - SP 99, em Paraibuna.

8 - Projeto de lei nº 909, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Proíbe o porte e o uso de celular, máquinas fotográficas ou aparelhos similares, em hospitais públicos ou particulares, em áreas de internação de pacientes, salas de cirurgia ou conservação de cadáveres.

9 - Moção nº 92, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Aplauda os dirigentes, docentes, alunos e servidores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Hebe de Almeida Leite Cardoso, pelo profícuo trabalho e dedicação no aprimoramento do ensino em Novo Horizonte e, de fato, em toda região de São José do Rio Preto.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 901, de 2017, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Associação Jesus Leão de Judá Senhor Salvador", em Jundiáí.

2 - Moção nº 90, de 2017, de autoria da deputada Márcia Lia. Manifesta protesto contra o Projeto de Lei nº 65, de 2017, de autoria do Poder Executivo de Bebedouro, que dispõe sobre a mudança de denominação da Praça Chico Mendes para Praça Maria Loreto Santos, no Jardim Talarico, em Bebedouro.

3 - Moção nº 91, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda ao ilustre empresário Odílio Querino Bergamini, por sua brilhante trajetória de vida, incansável espírito empreendedor e notável atuação profissional, de grande relevância para o fortalecimento da economia paulista.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 893, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a "Congada de São Benedito de Cotia".

2 - Projeto de lei nº 894, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Dispõe sobre a preservação e os procedimentos de tombamento e de registro do patrimônio cultural de origem africana no Estado.

3 - Projeto de lei nº 895, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Assegura ao passageiro do transporte metropolitano e intermunicipal público, o embarque e transporte de bicicleta pessoal.

4 - Projeto de lei nº 896, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Torna obrigatória a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público.

5 - Projeto de lei nº 897, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Declara a Assembleia de Deus Ministério Belém, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado.

6 - Projeto de lei nº 898, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Dá a denominação de "Cordolino Bento de Oliveira" ao trevo de acesso situado no km 442 da Rodovia Armando de Salles Oliveira, em Olímpia.

7 - Projeto de lei nº 899, de 2017, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o "Templo de Candomblé Ilê Alaketu Asé Odé Akuerã", também conhecido como "Axé PV", em Barueri.

8 - Projeto de lei nº 900, de 2017, de autoria do deputado Pedro Tobias. Classifica Pongaí como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 503, de 2017, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Semana de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal - AME", no Estado.

2 - Moção nº 3, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que o Programa Federal "Farmácia Popular do Brasil" tenha continuidade no Estado de São Paulo, e que novas unidades sejam implantadas, visando a ampliação dos serviços prestados para a população paulista.

3 - Moção nº 83, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde estudos e providências com vistas a elevar o teto financeiro que atualmente limita a prestação de terapia renal substitutiva - TRS, via Sistema Único de Saúde - SUS, pela Santa Casa de Misericórdia de Itapeva.

4 - Moção nº 84, de 2017, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde estudos e providências para o credenciamento, pelo Sistema Único de Saúde, da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva.